



MULHERES CAMPONESAS EM REDE: UMA EXPERIÊNCIA SOBRE PRODUÇÃO SOLIDÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR COM FOCO EM GÊNERO

Renata de Andrade Santos¹

Camila Casseb Almeida²

Maria Gercina Alves de Araújo³

RESUMO

“Mulheres Camponesas em Rede por Agroecologia, Economia Solidária e Feminismo”, é um projeto que surgiu no ano de 2014, em diálogo com o movimento da economia solidária. O presente trabalho reflete sobre o papel da mulher camponesa e as relações de gênero no trabalho produtivo; analisa a organização dos empreendimentos de produção e seus potenciais e destaca a contribuição de mulheres camponesas na soberania alimentar. O resultado do projeto foi o fortalecimento de empreendimentos de mulheres camponesas do estado do Pará com foco no desenvolvimento de associações, produção agroecológica, práticas ecologicamente sustentáveis, comércio justo e intercâmbio de base solidária, que potencializam o desenvolvimento da soberania alimentar no campo e a autonomia das mulheres, confluindo para o bem viver das mulheres camponesas em suas comunidades. A metodologia utilizada foi o planejamento das ações, mapeamento de grupos produtivos composto por mulheres, monitoramento do processo de produção, avaliação e sistematização da experiência, através da criação de um Grupo de Trabalho (GT), encontros estaduais e visitas técnicas.

Palavras-Chave: Soberania Alimentar; Mulheres Camponesas; Economia Solidária.

¹ Médica Veterinária, Universidade Federal Rural da Amazônia, OSCIP Guayí

² Engenheira Agrônoma, Universidade Federal Rural da Amazônia, OSCIP Guayí

³ Socióloga, Especializada em Gestão Pública e Sociedade, Militante da Economia Solidária, OSCIP Guayí

INTRODUÇÃO

“A proposta de soberania alimentar, através da agroecologia, presente nas reflexões e práticas das mulheres camponesas, evidencia a importância da construção de modelos de agricultura alternativa, necessários para a superação dos modelos convencionais. Tal proposta se apresenta como ecológica, biodiversa, local, sustentável e socialmente justa, na medida em que se apoia em uma racionalidade ecológica da agricultura em pequena escala, que representa exemplos de sistemas que alimentam a maior parte da população do mundo” (COLLET; CIMA, 2015). As autoras ressaltam, ainda, que as mulheres camponesas organizadas quando propõem a soberania alimentar como princípio orientador de suas ações e práticas produtivas, assumem algumas questões específicas, como a preservação do solo, a recuperação de sementes crioulas e o plantio e manejo agroecológico.

“É importante compreender qual o lugar reservado às mulheres nas políticas de segurança alimentar e quanto aos desafios que se impõe a quem busca construir uma maior equidade de gênero no campo da alimentação. Para chegar a estas questões, é preciso entender os modelos de produção, consumo e distribuição de alimentos, assim como os papéis de gênero que são reservados a homens e mulheres” (SILIPRANDI, 2006). Autoras como Quisumbing e Meizen-Dick (2001) ressaltam os papéis desempenhados pelas mulheres como produtoras de alimentos, administradoras dos recursos naturais, angariadoras de receitas e zeladoras da alimentação doméstica e da segurança nutricional das pessoas. Apontam, ainda, a necessidade de que haja mudanças nas relações de gênero, como condição para o desenvolvimento rural sustentável, do qual faz parte a garantia de segurança alimentar.

Outra questão relevante é o fortalecimento da identidade camponesa, desenvolvida a partir da soberania e cultura alimentar, como uma afinidade compartilhada entre as mulheres camponesas, destacando seus modos de vida cotidiana, com a finalidade de apertar os laços de união, produção e bem viver. Apesar de nomear mulheres camponesas, estão muito longe de serem homogêneas, portanto, possuem diversas identidades, principalmente relacionadas ao tipo de atividade produtiva desenvolvida, por exemplo, as agricultoras, quilombolas,

ribeirinhas, indígenas, caboclas, artesãs, caucheiras, erveiras, poetas regionais, carimbózeiras, dentre tantas outras.

Ziembowicz (2007) em estudo realizado com mulheres camponesas, conclui que ficou evidente que garantir a soberania alimentar através de políticas favoráveis que privilegiem a produção camponesa, resultará em um movimento na economia local, valorizando os saberes e preservação dos recursos naturais contribuindo para a segurança alimentar e nutricional da população.

Portanto, a escolha do tema compreende que a reflexão sobre a organização da produção, a contribuição produtiva e econômica das mulheres camponesas, as questões de gênero e sua diversidade de identidade, possa incidir positivamente no processo de avanço da visibilidade e valorização do trabalho dessas atrizes e no fortalecimento da soberania alimentar. A força das vivências das mulheres camponesas e a forma com que superam seus desafios inspiram e motivam o desenvolvimento de propostas agroecológicas no campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Soberania alimentar

“Soberania alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos”. (Declaração do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Havana, 2001).

Em ensaio sobre o caminho para a agroecologia feminista Montiel (2020) aponta que agroecologia, soberania alimentar e feminismo são conceitos fundamentais que contribuem para a compreensão das contradições existentes entre o gênero, a agricultura e a alimentação, possibilitando a formulação de alternativas necessárias para superar essas contradições e construir uma maior equidade no campo da soberania alimentar.

Economia Solidária

A economia Solidária se constituiu em práticas para geração de trabalho e renda de forma diferenciada do padrão capitalista. Pode ser considerada uma alternativa desse modo que oprime grande parte dos trabalhadores assalariados, uma organização do trabalho e da produção, que não seja a propriedade privada dos meios de produção, a extração, a execução da mais-valia e alienação do trabalho. Para Singer (2002) a economia solidária ressurge em resposta à desregulamentação econômica e a crise do emprego com liberação do capital que gerou o fechamento de empresas ocasionando no expressivo desemprego em vários ramos da economia capitalista.

Compreender que é possível desenvolver outra forma de economia se faz necessário, segundo Amorim (2017) o comércio justo e solidário considera, primeiramente, a comercialização de forma ampla, desde a produção até o consumo, resgatando todos os elos da cadeia econômica, com o objetivo de fortalecer os empreendimentos solidários, que estão em relação de desvantagem no sistema econômico capitalista, através da cooperação entre produtoras (es), comerciantes e consumidoras (es), diminuindo a dependência em relação aos meios capitalistas de comercialização.

Economia Feminista

A economia feminista surge para qualificar a economia solidária. A partir de uma abordagem de gênero na economia solidária considera-se a posição das mulheres na sociedade para a contribuição do pensamento feminista na construção de outro paradigma econômico que pode se fortalecer com a crítica feminista à economia capitalista e se apropriar das desigualdades de gênero, raça/etnia para assegurar suas bases de funcionamento.

ANA (2008) ressalta que as relações de gênero e identidade na Agroecologia e na sociedade estão influenciadas e interligadas por muitas questões sociais e culturais, entre elas, podemos citar a classe, a raça, o gênero, a sexualidade, dentre outras. É necessário compreender a forma que estas questões influenciam não somente a agroecologia, mas toda a estrutura fundiária no campo, partindo do ponto de vista no qual vivemos em uma sociedade patriarcal e capitalista.

Para esta análise foram acompanhadas as seguintes etapas de organização com as mulheres camponesas da Rede de Economia Solidária e Feminista no Pará - RESF/PA 1-

Tecendo redes; 2-Mulheres camponesas, gênero e identidade 3-Mulheres camponesas na economia; 4-Produção e regionalização; 5-Comercialização solidária, sendo descritas abaixo:

Tecendo redes: a dinâmica das mulheres camponesas na construção da Economia Solidária e Feminista

A Rede de Economia Solidária e Feminista RESF é um movimento de mulheres da economia solidária que iniciou em 2012 com o “Projeto Brasil Local” com a parceria entre a OSCIP Guayí e SENAES/MTE, este projeto pesquisou sobre a história dos empreendimentos e realizou formação de gênero para as mulheres. A rede é composta por grupos e entidades de mulheres rurais de 9 estados do Brasil, que abrange 5 regiões do país e que através de diálogos com o governo, submeteu o edital para a inclusão de um projeto específico para as mulheres rurais, pois se tornou necessário continuar tecendo a rede.

A formação da Base Estadual da RESF no Pará (RESF/PA) se propôs a atuar com empreendimentos de mulheres camponesas, que já haviam iniciado a experiência na economia solidária. Os grupos encontravam-se fragilizados, desarticulados e às margens de políticas públicas, de incentivo ou estruturação, para o desenvolvimento das atividades produtivas. Porém as mulheres, apesar de enfrentarem dificuldades, desigualdades e contradições, se desafiam cotidianamente na construção de novos valores, transformando-se em atrizes sociais nos seus locais de atuação.

A base estadual iniciou a divulgação do Projeto Feminista (como ficou conhecido) em Fóruns, Movimentos Sociais, Grupos de Produção, etc. Iniciou, também, articulação com os grupos de mulheres feministas amazônicos e realizou o mapeamento e diagnóstico produtivo que colheu informações e contribuiu para analisar os empreendimentos e as trabalhadoras em várias dimensões, como social, econômica, produtiva, cultural, política e territorial, a fim de identificar as principais demandas que os grupos apresentam e poder, a partir da compreensão geral, propor a realização de atividades formativas, práticas e técnicas, que sistematicamente culminassem com o avanço e fortalecimento, em diversos âmbitos, dos empreendimentos.

Mulheres camponesas, gênero e identidade

O projeto buscou tornar visível e valorizar o trabalho das mulheres camponesas, nas comunidades de agricultoras, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, caucheiras, artesãs, carimbózeiras, erveiras, entre outras. Assim, as articulações em rede, por uma economia mais

justa e pelo fortalecimento de identidades, desencadearam no “Projeto Mulheres em Rede por Agroecologia, Economia Solidária e Feminismo” estruturado em parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e OSCIP Guayí.

Geralmente, no meio rural, no contexto da agricultura, a categoria trabalho só se aplica ao homem. Segundo Cisne (2012) a não valorização do trabalho feminino, tanto na esfera reprodutiva como na produtiva, faz com que muitas mulheres não se reconheçam como trabalhadoras, não construindo sua identidade.

Portanto, trabalhar a soberania alimentar com mulheres camponesas, em uma perspectiva agroecológica, perpassa pela análise de elementos como o território, o gênero, a comunidade, as formas de organização, a unidade familiar, a unidade de produção, as vivências, os saberes locais, o respeito aos costumes tradicionais e suas crenças, o resgate do processo histórico, os desafios e os olhares holísticos de suas perspectivas. Além disso, é imprescindível a construção de oportunidades que possibilitem a vivência, a reflexão e a proposição coletiva, a partir de sua realidade, sobre o trabalho, políticas públicas, fomento aos empreendimentos, apoio para a organização social e o incentivo à participação em instâncias de liderança.

Além disso, a conscientização de que a regionalidade tradicional dos produtos produzidos pelos empreendimentos camponeses torna-os parte de sua história, contribui com a valorização e visibilidade da cultura das comunidades, inserindo, assim, no trabalho de mulheres camponesas os saberes locais e suas lutas. A partir do momento em que as mulheres começam a se perceberem no trabalho que fazem, trocam as bonecas brancas por bonecas negras e indígenas, valoriza a cultura camponesa tradicional, o artesanato ganha um novo significado com materiais regionais da floresta e a produção de alimentos agroecológicos e saudáveis tem outro sabor.

Mulheres camponesas na economia: a experiência iniciada

Rodas de diálogos, reuniões, oficinas, curadorias, feiras, formações, estudos, encontros, assessorias e conferências temáticas foram táticas utilizadas no processo de estruturação da Rede:

“Antes a gente achava que só o homem tinha o direito de pegar as coisas e vender, e hoje a mulher tem essa visibilidade, essa autonomia de comercializar esse produto”

(M.J.R, agricultora familiar, reunião do Conselho Gestor, RESF).

A realização sistêmica dessas atividades permitiu a construção organizada da RESF/PA que, a partir da orientação e acompanhamento aos empreendimentos, realizado pela base técnica, tem alcançado no decorrer do projeto avanços na atuação consciente tanto na produção (desenvolvimento da agroecologia, inserção da regionalidade, identidade de gênero e racial nos produtos, práticas sustentáveis, etc.), como na política (participação nos fóruns, conselho gestor, grupo de trabalho – GT e comissões organizativas da rede), pelos empreendimentos. E há também o processo de apontamento das necessidades para a comercialização e finanças, que foram pontuados pelas mulheres (ponto fixo, fundo rotativo e solidário, compras coletivas e cesta de produtos), objetivando a sustentabilidade da rede.

“Você acredita na Economia Solidária? Sim eu acredito, por isso estou aqui. Acredito nas formações, trocas de experiências e de saberes, acho muito importante. Eu acredito e todas nós que estamos aqui e buscamos participar, apesar das dificuldades, acreditamos, por isso estamos aqui e não devemos desistir nunca. Lembro-me que a um tempo atrás Canaã foi contemplada com uma fala e o tema era: 'O Empoderamento da mulher na política', falei que não tínhamos formação, mas sabia que esse tema era importante e que nós mulheres tínhamos que nos empoderar sim” (M.J, empreendedora, III Encontro Estadual da RESF, 2015).

O resgate da história dos empreendimentos que participam da RESF no Pará foi realizado com o objetivo de valorizar e incentivar a identificação das mulheres com seus empreendimentos e para dar continuidade à visibilidade dos mesmos. Constatou-se, então, a forte relação entre opressões machistas (violência doméstica, física, moral sexual e psicológica), as quais as mulheres sofreram, com a formação dos grupos de produção, que se fundaram como alternativa para a superação da dependência emocional e financeira. Sendo assim, o desenvolvimento da Economia Feminista é concebido como imprescindível para os grupos de mulheres camponesas inseridas na Economia Solidária.

“Eu comecei a trabalhar desde criança, então casei e um dia eu virei tudo, mesmo tendo desacordo com meu marido, mesmo tendo sofrido violência doméstica, agressões físicas, moral e psicológica, eu tive que escolher (...), então eu o abandonei e resolvi trabalhar nesse projeto, até hoje batalhamos por nossa associação que às vezes está forte, outras tem momentos difíceis, mas nós enfrentaremos, continuamos trabalhando e cada dia eu tenho que fazer algo, pois o trabalho foi pra mim uma libertação” (A.M empreendedora Roda de diálogo da

RESF).

Produção e Regionalização

Em pesquisa sobre sistemas agroecológicos, no distrito de Mosqueiro, nordeste paraense, Costa & Kato (2007) mostram que para o quesito soberania alimentar, a melhoria da produção se deu pelo fato de que as espécies cultivadas na unidade familiar geram uma segurança alimentar da família ao longo do ano, com a produção de roças com mandioca, plantio de macaxeira, plantios de milho, feijão e hortaliças, além de espécies frutícolas. Esta característica evidencia o profundo conhecimento das mulheres camponesas sobre o ambiente no qual vivem e produzem para a subsistência e comercialização.

A fim de que valorizar as origens e história das mulheres camponesas, a RESF Pará iniciou o trabalho com as empreendedoras sobre a valorização da regionalidade paraense nos produtos. Houve uma breve curadoria de produtos explicando a necessidade de incorporar a cultura local e amazônica nos produtos: trabalhar a caboclice, pretice, a utilização de remédios medicinais, produtos e sabores regionais, assim como a seleção da matéria prima usada na elaboração dos mesmos, objetivando o aumento da qualidade na produção e a promoção da soberania alimentar amazônica.



Figura 1: Exposição de produtos regionais e apresentação do carimbó (dança e ritmo tradicional do estado do Pará). Arquivo pessoal.

Comercialização Solidária

A comercialização da produção é um aspecto importante, pois gera emprego, renda e a criação de oportunidades que possam favorecer a igualdade de gênero e qualidade de vida das mulheres camponesas e ao mesmo tempo dar visibilidade as agricultoras, responsáveis pela parte produtiva, que na maioria dos casos é invisibilizada, portanto, se torna necessária a construção da autonomia financeira para o bem viver das mulheres agricultoras.

Por isso, a Rede Feminista tem um papel central, na articulação e organização das mulheres, de maneira que possibilita a interação e a troca de saberes entre os empreendimentos que a compõe, além de fomentar alternativas viáveis de espaços para a comercialização solidária que garantam a autonomia econômica das mulheres, que é acima de tudo, transformar a realidade das mulheres nas esferas sociais, econômicas e culturais, reduzindo a desigualdade econômica, de gênero e racial, afirmando as mulheres como sujeitas políticas na luta pela democratização da sociedade, forjando a construção de novas relações sociais, pautadas pela solidariedade, respeito e reconhecimento das diversidades.

Os processos de comercialização da RESF Pará, pelo grau de informalidade existente em boa parte das transações comerciais, ainda é de difícil mensuração de seus resultados. Esta etapa do projeto precisa de uma matriz para o monitoramento e é necessário que ela se torne um elemento pedagógico de construção das ações de comercialização da rede, permitindo a progressiva alteração neste quadro, socializando instrumentos de controle e contribuindo com a mudança de cultura na organização nas práticas comerciais das redes.



Figura 2: Produtos regionais para a comercialização. Arquivo pessoal.

METODOLOGIA

O caminho metodológico seguido foi o mapeamento, monitoramento, avaliação e a sistematização, através da criação de um Grupo de Trabalho (GT) da RESF/PA para articulação de forma permanente e efetiva das ações que contou com um assessoramento técnico para o desenvolvimento. Foi necessário um processo pedagógico de construção coletiva para a formação, qualificação, afirmação de identidade e realização comercial da rede. A pesquisa de campo tem o objetivo da vivência nas comunidades e o levantamento de dados, através de questionários e entrevistas semiestruturadas (Quivy, Campenhout, 2005).

Este trabalho foi realizado pela base técnica no estado do Pará, no qual a assessoria ocorreu em duas etapas: a primeira com a realização de encontros estaduais, no qual os grupos de trabalho e produção, a partir do intercâmbio de saberes interagiram e trocaram experiências, além de formularem propostas de atuação da rede. A segunda etapa ocorreu com a ida a campo, através de visitas técnicas em cada empreendimento, visando à aplicação de diagnóstico produtivo, a curadoria dos produtos, monitoramento e avaliação dos empreendimentos, em relação ao processo de produção e à qualidade de seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da rede é uma tarefa árdua e desafiadora devido ao extenso espaço geográfico do estado, a fragilidade na reafirmação da identidade da rede e as contradições como o senso entre a cooperação e a competição, porém na economia solidária há a busca por melhores condições sociais, de produção, econômica e pelo bem viver comum. É necessário que os membros assumam a caminhada coletiva. O grupo precisa identificar quais são as fragilidades dentro da rede, para que a assistência técnica possa ser concentrada em definições de trabalhos estratégicos.

A economia solidária e feminista faz parte de um projeto político de sociedade, portanto, construir a rede é viável para os empreendimentos, mas é preciso organizar para fortalecer, pensar a metodologia de trabalho e a participação coletiva, transparente e autônoma. Os passos dados foram muito importantes para a formação da Rede Feminista, contudo, ainda há muito para progredir. Analisar o contexto, avanços e dificuldades existentes, se faz necessário, para evoluir qualitativamente e projetar intervenções

metodológicas eficazes, a fim de dar continuidade à consolidação da Rede, trabalhando para o fortalecimento de suas qualidades e superação de suas fragilidades, através da preservação da organicidade auto-gestionária, aprofundamento da formação política (economia solidária, economia feminista, identidade racial e direito às políticas públicas), qualificação técnica (gestão, administração, planejamento e produção), articulação de investimentos que proporcionem infra-estrutura (linhas de crédito e financiamento) e promover a sustentabilidade dos empreendimentos da RESF/PA.

A continuidade do projeto a nível nacional e estadual vem sendo afetada por retrocessos influenciados por políticas públicas relacionadas aos últimos 6 anos de governo neoliberal, que ocasionou o fechamento de diversos ministérios como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Mulher, ocasionando, assim, a extinção de projetos voltados às mulheres camponesas.

AGRADECIMENTOS

Ao Paul Singer por uma vida dedicada a pensar que outra economia é possível (In Memoriam).

A OSCIP Guayí por toda a capacitação, orientação e aprendizados recebidos no âmbito da Economia Solidária e para o Bem-Viver.

Ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por executar políticas públicas voltadas às mulheres camponesas.

REFERÊNCIAS

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). Mulheres construindo a agroecologia. **Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2008.

AMORIM, Rizioneide Souza. **Encantar a vida com a organização da produção, comercialização justa e solidária e consumo responsável**. Trilhas educativas, caderno 2, pág. 61-62, 2017.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COLLET, Zenaide. CIMA, Justina I. Produção de auto sustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa. In: BONI, Valdete (Org.). **Organização produtiva de**

mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica.
Tubarão: Gráfica Copiart, 2015.

COSTA, Marcilene Silva da & KATO, Maria do Socorro. **Trabalho de homem, trabalho de mulher: divisão social de trabalho em cinco localidades agrícolas no nordeste do Pará.** Resumo do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. Ver. Bras. Agroecologia, Volume II, N.2, Nov, 2019.

Declaração do **Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar.** Havana, 2001. In MALUF, 2007, p. 13.

MONTIEL, Marta Soler; RIVEREA-FERRE, Marta; e ROCES, Irene García. O caminho para a agroecologia feminista. Revista Agriculturas. Vol 14 n. 4, p. 07, Nov. 2020.

QUISUMBING, Agnes; MEIZEN-DICK, Ruth Suseela. **Empowering women to achieve food security.** Washington: International Food Policy Research, institute, 2001.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva. 4 ed. Out. 2005.

SILIPRANDI, Emma. Políticas de Segurança Alimentar e Papéis de Gênero: Desafios para a Mudança de Modelos de Produção e Consumo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 1, n. 1, nov. 2006. ISSN 1980-9735.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZIEMBOWICZ, Jair André et al. Sementes crioulas: segurança alimentar pela diversidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p.1073-1076, 2007.